Município de Alcácer do Sal
Reunião de Câmara
Ordinária ☒ Extraordinária ☐
DELIBERAÇÃO
APROVADA POR UNANIMIDADE
Data 07/10/2026 O Presidente

Município de Alcácer do Sal

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Reunião Ordinária de 10 de setembro de 2026

Ata n.º 17

Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Alcácer do Sal e Salão Nobre do Município, reuniu a Câmara Municipal de Alcácer do Sal. Os trabalhos foram conduzidos pela presidente, Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos, na presença dos vereadores, António José Freitas Grilo, vice-presidente, Mário Alberto Martins Caixas, Ana Margarida Fura Morgado e Rafael Martins Correia.
A reunião foi secretariada pelo assistente técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Nuno Manuel Carvalho.
Pelas nove horas e trinta minutos, a presidente cumprimentou os presentes e deu início à reunião.

Período Antes da Ordem do Dia

A presidente informou que, a pedido da própria, a Dr.ª Alexandra João cessou funções como chefe do gabinete de Apoio à Presidência, tendo sido, por seu despacho, indicada para o cargo a Dr.ª Sofia Araújo, presente na sala, que passará igualmente a assegurar a ligação com os vereadores.
De seguida, congratulou-se novamente pelo facto de, no dia 1 do corrente mês, ter iniciado, pela primeira vez na cidade, um circuito da Rede Nacional de Expressos, conforme anteriormente informado. Referiu que este serviço permite assegurar ligações entre Alcácer do Sal, Comporta, Carvalhal, Melides, Santo André e Sines, bem como um outro circuito com ligação a Lisboa e Albufeira, passando ambos por Alcácer do Sal. Acrescentou que, no caso da linha de Sines, são dois autocarros que efetuam o circuito nos dois sentidos, situação idêntica à da linha de Albufeira, existindo, em algumas destas ligações, conexão com Setúbal. Considerou tratar-se de

uma mais-valia e de uma melhoria há muito aguardada, que representa uma maior facilidade de transporte para os munícipes, em particular para os estudantes e para todos aqueles que, até agora, não dispunham de meios adequados para se deslocar àqueles locais. Salientou que, anteriormente, muitas pessoas tinham de se deslocar a Lisboa para apanhar o comboio ou utilizar o transporte rodoviário disponível, designadamente o autocarro para Lisboa no início da manhã e no regresso, ao final do dia.

Assumiu, igualmente, o compromisso de continuar a trabalhar no âmbito da ferrovia, considerando que o restabelecimento da ligação ferroviária constituiria uma importante vantagem para o território. Recordou que essa ligação foi perdida há alguns anos e informou que, na semana em curso, aquando da sua presença, juntamente com o secretário de estado, na inauguração do troço que liga Sines à A2, teve oportunidade de reforçar a intenção de agendar uma reunião com o ministro das Infraestruturas, com vista a voltar a abordar a questão do transporte ferroviário. Referiu, ainda, que existem atualmente algumas perspetivas relacionadas com a ligação da linha Sines-Caia, que poderão constituir um fator favorável à argumentação do Município nesta matéria. Concluiu, afirmando que o Município continuará a trabalhar nesse sentido, procurando favorecer os munícipes.

Posto isto, perguntou aos vereadores se tinham alguma questão a colocar.

O vereador Mário Caixas, apresentou oralmente uma declaração política, que disponibilizou em impressão de papel aos serviços e que se dá por reproduzido no anexo I à presente ata.

A presidente agradeceu ao vereador e prestou alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos considerados mais relevantes para o Município.

No que respeita à encosta do castelo, informou que têm sido dadas informações aos vereadores e à Câmara Municipal sobre as diligências efetuadas. Referiu que, ainda durante a semana em curso, foi novamente contactado o responsável pela Proteção Civil, que informou estar concluído o processo de estudo, prevendo-se o avanço para a reparação da encosta. Recordou que, quando iniciou funções, encontrou um processo com vários anos de análise da situação da encosta, marcado pela troca de ofícios entre diversas entidades, com o objetivo de identificar o respetivo proprietário ou responsável. Salientou que, apesar da existência de informação técnica que apontava para a necessidade de um projeto de estabilização de grande dimensão, não tinha sido realizado qualquer trabalho nesse sentido, uma vez que não se conseguira identificar, até então, a entidade responsável pela encosta do castelo.

Esclareceu, contudo, que essa circunstância não impediu o Município de contratar empresas para realizar estudos e avaliar soluções. Sublinhou que estes processos

não se resolvem de forma imediata e que, embora fosse possível decidir a abertura da encosta, tal não poderia ser feito sem garantias de segurança. Referiu que foram solicitadas avaliações a diversos agentes, tendo sido transmitido que não existiam condições de segurança para permitir a circulação de pessoas e veículos no local.

Afirmou que o Município não assumiria a responsabilidade pela abertura da encosta sem as devidas condições de segurança, reiterando que se encontra a trabalhar na sua recuperação. Informou, ainda, que estão a ser procuradas soluções de financiamento, considerando que o processo se encontra no bom caminho, apesar de ainda não estar identificada a entidade responsável pela obra. Acrescentou que poderia facultar aos vereadores os documentos e a pasta existente no seu gabinete, relativos às diligências e à troca de ofícios efetuadas para apurar a responsabilidade pelo espaço. Salientou que o Município pretende solucionar a situação, embora não consiga avançar com a rapidez desejada, tendo em conta, designadamente, a complexidade da situação decorrente das inundações.

Referiu que uma parte significativa do trabalho dos serviços municipais tem sido dedicada ao apoio aos particulares e às pessoas afetadas, nomeadamente na limpeza, na distribuição de alimentos, no apoio às candidaturas e no acompanhamento dos apoios destinados à recuperação dos estabelecimentos.

Acrescentou que o Município se encontra igualmente condicionado na sua ação pela necessidade de reorganizar os serviços e as estruturas municipais, bem como de executar as obras de requalificação necessárias. A título de exemplo, referiu a Biblioteca Municipal, explicando que, embora fosse possível proceder rapidamente à pintura do espaço e à colocação das mesas, estantes e livros, a intenção é aproveitar a oportunidade para concretizar um projeto de reabilitação mais abrangente, que contemple, designadamente, a ampliação do refeitório dos funcionários, a melhoria das condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e outras intervenções necessárias.

Relativamente aos serviços de apoio, referiu que também seria possível proceder apenas à pintura e à colocação de secretárias e computadores, mas que existem problemas estruturais nos edifícios, designadamente infiltrações de água, que carecem de resolução. Salientou que se pretende aproveitar esta situação para criar, finalmente, o balcão único, um projeto que se encontra pendente há vários anos. Afirmou que todas estas intervenções exigem planeamento e não podem ser concretizadas de forma imediata, acrescentando que todos partilham das mesmas dificuldades e desejam que os trabalhos avancem com maior rapidez. Recordou que, se pudesse escolher, teria evitado a ocorrência das inundações, mas que, perante a

realidade existente, cabe ao Município trabalhar diariamente para resolver os problemas dela decorrentes.

De seguida, relativamente à questão colocada pelo vereador sobre a não inclusão de uma proposta numa reunião anterior, esclareceu que o Regimento estabelece os formalismos a que as propostas devem obedecer. Referiu que as propostas a submeter à reunião de Câmara têm de ser assinadas e que, apesar de ter reiteradamente informado o vereador dessa exigência, as propostas por este apresentadas não se encontravam assinadas. Explicou que, quando a proposta foi apresentada nas condições previstas no Regimento, não foi incluída na reunião em causa, uma vez que foi remetida para análise dos serviços jurídicos, tendo sido posteriormente incluída na reunião seguinte, para discussão. Sublinhou que, não receia a democracia nem a discussão dos assuntos, salientando que todas as decisões têm consequências.

Salientou que, atualmente, a informação e a documentação circulam de forma célere, considerando que vivemos no século XXI, num contexto em que o acesso à informação é significativamente diferente do que acontecia no século XX.

No que respeita à documentação disponibilizada aos vereadores, informou que o Município dispõe de um sistema de gestão documental, através do qual circula a maior parte da informação. Esclareceu que, atualmente, a documentação relativa aos assuntos é, na sua maioria, disponibilizada juntamente com as propostas, incluindo plantas, informações técnicas, despachos e demais elementos do respetivo circuito documental. Referiu que o sistema de gestão documental permite assegurar a transparência e o controlo interno dos procedimentos, acrescentando que determinados pedidos e contratos, quando ultrapassam os valores legalmente previstos, são igualmente disponibilizados na plataforma BASE Gov, podendo ser consultados por todos.

Informou, ainda, que grande parte da informação solicitada pelos vereadores é disponibilizada nas reuniões de Câmara em que os assuntos são discutidos. Relativamente ao pedido de informação detalhada apresentado pelo vereador, esclareceu que uma parte significativa da documentação já havia sido entregue nas reuniões em que o assunto foi apreciado, encontrando-se a restante informação disponível para entrega, devendo os serviços contactá-lo para proceder ao levantamento das respetivas cópias. Salientou que o Município apenas pode disponibilizar a documentação existente, não sendo possível facultar elementos que não constem dos seus arquivos ou sistemas. Reiterou que a informação disponível é apresentada com a maior transparência possível, acompanhando as propostas submetidas à reunião de Câmara.

Afirmou, ainda, que o Município está sujeito a um elevado nível de escrutínio político e que os serviços e os eleitos não são infalíveis, sendo constituídos por pessoas que podem cometer erros. Sublinhou, contudo, que todos trabalham diariamente para minimizar esses erros, tendo em conta que as decisões e os procedimentos municipais têm reflexos na vida dos munícipes.

Referiu que não basta afirmar que os eleitos foram escolhidos para representar os alcacerenses, sendo necessário trabalhar diariamente para defender os interesses da população. Salientou que os eleitos se encontram no exercício das suas funções porque foram escolhidos pelos cidadãos e porque pretendem contribuir para o desenvolvimento do Município.

Acrescentou que, tendo em conta a redução do número de eleitores e o facto de ainda não ter ocorrido a alteração da Lei Eleitoral e do Estatuto dos Eleitos Locais, as remunerações dos eleitos locais não correspondem, em seu entender, à responsabilidade das funções exercidas. Sublinhou, contudo, que exerce o cargo com gosto e por ter sido eleita pelos alcacerenses.

Reafirmou que não usurpou o poder e que todos os eleitos foram escolhidos pela população para governar. Referiu que a Câmara Municipal dispõe de competências para auxiliar nessa tarefa, mas também para fiscalizar a ação do Executivo.

Concluiu, afirmando que o Município está empenhado em trabalhar em benefício da população, considerando que a desconfiança constante e as acusações de ditadura são injustificadas. Referiu, a título de exemplo, que, atendendo às competências da Presidente da Câmara na definição da ordem de trabalhos e na inclusão das propostas nas reuniões, algumas das propostas hoje submetidas à apreciação da Câmara poderiam, em circunstâncias anteriores, não ter chegado a ser apresentadas.

O vereador Mário Caixas, relativamente à referência ao século XX e ao século XXI, designadamente à era digital, afirmou que, caso a presidente estivesse a cumprir o estabelecido no n.º 7 do artigo 42.º da RJAL, poderia disponibilizar um computador a cada um dos vereadores com funções não executivas e remeter-lhes a documentação em suporte digital.

De seguida, referiu que havia apresentado oralmente, por duas vezes, um requerimento nas reuniões de Câmara, questionando a presidente sobre a forma de assinar um documento apresentado verbalmente.

Relativamente à afirmação de que não existiam dossiês sobre determinados processos, questionou a presidente sobre a documentação referente à instalação dos contentores na Barrosinha, que, segundo afirmou, vinha a solicitar desde o dia 26 de fevereiro, sem que, até à data, lhe tivesse sido remetido qualquer documento. Questionou se o processo em causa não dispunha de documentação.

Acrescentou que continuava igualmente sem resposta a situação relativa ao Cais do Centro Náutico.

O vereador António Grilo congratulando-se com a presença de um público numeroso na sessão, que considerou revelador do interesse dos munícipes pelos assuntos tratados e pela possibilidade de verem esclarecidas as suas questões.

Antes de responder à questão relativa ao Centro Náutico, referiu que pretendia tecer alguns comentários sobre as intervenções anteriores. Considerou que o vereador Mário Caixas insistia num discurso que classificou como gerador de ruído e desinformação, acompanhado de agressões pessoais gratuitas. Afirmou que, em determinado momento da sua vida, teria respondido no mesmo tom, mas que, com a maturidade, compreendera que tais atitudes revelavam imaturidade, razão pela qual optava por não lhes dar seguimento.

Na qualidade de responsável pelo setor do turismo, registou a avaliação efetuada relativamente ao turismo imersivo, considerando-a pertinente e suscetível de merecer o reforço dos recursos técnicos do Município, de modo a permitir a sua exploração. Sugeriu, ainda, que fossem incluídos no setor de eventos alguns espetáculos de stand-up comedy, considerando que a sessão proporcionava matéria para esse efeito.

De seguida, afirmou sentir grande orgulho no trabalho desenvolvido ao longo dos dez meses de mandato, tendo em conta os desafios entretanto surgidos e as situações que desviaram o Executivo da missão inicialmente definida, embora sem alterar a visão para o território. Salientou que, na gestão de recursos públicos, é necessário dar resposta a situações emergentes e imprevistas.

Referiu que, ainda no dia anterior, os serviços municipais tinham participado numa operação de proteção civil, que se prolongou até cerca da meia-noite e meia, no rio, tendo sido mobilizados os recursos necessários, incluindo meios contratados. Destacou o espírito de equipa e a atitude proativa demonstrados pelos trabalhadores envolvidos.

Considerou que, no atual contexto de trabalho, os funcionários dispõem de maior espaço para criar, opinar e desenvolver a sua atividade, entendendo que se respira uma dinâmica diferente no que respeita à produtividade e à profissionalização dos serviços. Reconheceu, contudo, que existem constrangimentos na resposta aos munícipes, designadamente nos serviços técnicos, de higiene e limpeza e de jardinagem.

Explicou que o Executivo tem procurado assegurar uma articulação direta com as coordenações e os encarregados dos serviços, com o objetivo de identificar e corrigir as dificuldades existentes. Referiu que tanto o Executivo como os próprios funcionários reconhecem que, em determinadas situações, não estão a conseguir dar

resposta às exigências atuais, em consequência de circunstâncias concretas e de contextos reais.

A este propósito, mencionou o acesso principal entre a parte baixa e a parte alta da cidade, através da estrada de Santa Luzia, onde, segundo afirmou, a sinalização já foi reposicionada por dezoito vezes. Acrescentou que foram colocadas vedações e sinalética em várias línguas, mas que algumas pessoas continuam a não respeitar a sinalização existente, colocando-se em perigo, contribuindo para o estreitamento da circulação e criando constrangimentos ao trânsito.

Salientou que existe ainda muito trabalho a realizar e que o Município continuará a desenvolver esforços nesse sentido. Sublinhou, igualmente, a importância da autonomia dos trabalhadores e da sua capacidade de decisão, considerando que essa autonomia faz a diferença numa organização com a dimensão da Câmara Municipal.

Relativamente ao cais do Centro Náutico, informou que a sua remoção está a ser articulada diretamente com o proprietário, Sr.º Leonardo, com quem esteve no local no dia anterior, acompanhado por uma equipa municipal. Referiu que já foram realizadas várias deslocações ao local e que a remoção daquela estrutura está articulada com a empreitada de requalificação do cais dos pescadores.

Explicou que o cais será posteriormente reconstruído, uma vez que foi destruído, e que a empresa responsável pela colocação das novas pontes dispõe de uma estrutura de grua e de um semirreboque que permitirá aceder ao local. Acrescentou que, na deslocação efetuada, foi possível concluir que a estrutura terá de ser desmontada, pelo menos, em três setores, de modo a permitir o acesso do semirreboque e a intervenção da grua.

Informou que o proprietário se encontra devidamente informado e que os trabalhos estão em curso. Esclareceu, contudo, que a previsão de conclusão até ao dia 1 de dezembro se refere ao outro cais, situado na margem sul, sendo a mesma empresa responsável por ambas as intervenções.

Acrescentou que, na reunião realizada no dia anterior, foi transmitido à empresa que a remoção do cais do Centro Náutico deverá ocorrer antes do início das primeiras chuvas do outono, uma vez que o local poderá ficar alagado, dificultando ou mesmo impedindo o acesso das máquinas.

Concluiu, reafirmando que o Município está empenhado em resolver os problemas dos munícipes. Dirigindo-se aos vereadores, apelou à participação construtiva na resolução dos problemas da cidade e no desenvolvimento do território, salientando que o papel dos eleitos é dar resposta às necessidades da população. Referiu, por fim, que eventuais questões de natureza pessoal não deveriam prejudicar o trabalho da Câmara Municipal.

O vereador Mário Caixas referiu que o pedido de ajuda formulado pela presidente anteriormente demonstra, no seu entender, a incapacidade desta para resolver os problemas do concelho.

Relativamente ao convite para a realização de espetáculos de stand-up comedy, agradeceu o convite, acrescentando que seria necessário que os vereadores com funções não executivas comparecessem, uma vez que, segundo afirmou, "nunca aparecem em lado nenhum, estando presentes em todo o lado". Acrescentou, ainda que poderia participar no espetáculo, desde que o vereador António Grilo fosse o artista principal.

Não havendo mais questões, a presidente informou que se passaria ao período destinado à intervenção do público, convidando os presentes a participar na sessão.

Período de Intervenção do Público

O Sr.º Arquiteto Pedro Paredes referiu que a questão que pretendia colocar se relacionava com o urbanismo, concretamente com o processo de licenciamento de um projeto elaborado para o Sr.º Fernando Santos.

Manifestou a sua preocupação relativamente à complexidade dos procedimentos de licenciamento de obras, afirmando que, durante os últimos doze anos, o Executivo anterior teria contribuído para uma significativa complicação desses processos, com prejuízos para os munícipes, empreiteiros e empresários que desenvolvem a sua atividade na região. Considerou que tal complexidade gera atrasos e despesas desnecessárias, salientando que o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) já é, por si só, suficientemente exigente. Defendeu que compete às autarquias simplificar os procedimentos, designadamente através dos regulamentos municipais, e reivindicar medidas de simplificação junto das associações de municípios e de outras entidades. Afirmou suspeitar que a sucessão de obstáculos ao licenciamento poderá criar situações de desigualdade no tratamento dos processos, permitindo que determinados intervenientes disponham de margem para decidir quais os processos em que os procedimentos são simplificados e quais aqueles em que são mantidas maiores exigências. Referiu que tinha adiado a apresentação desta questão por consideração pelos trabalhadores do setor do urbanismo, com quem mantém relações de amizade e de proximidade profissional, mas que considerava necessário expor a situação, recorrendo a um caso concreto. Explicou que, há cerca de dois anos, o Sr.º Fernando Santos lhe solicitou a elaboração de um projeto para a construção de um muro com 1,20 metros de altura, num terreno plano e de configuração retangular. Com o objetivo de simplificar o projeto, elaborou uma planta de implantação, um corte

transversal para indicar a altura do muro e um troço do alçado, acompanhados de uma memória descritiva e de um termo de responsabilidade. Referiu que o processo incluía, assim, duas peças escritas e três peças desenhadas. Afirmou que o projeto foi objeto de exigências adicionais e que, após vários aditamentos, lhe foram solicitados novos elementos, incluindo projetos de especialidades. Questionou a necessidade de tais exigências para uma obra daquela natureza, considerando que se tratava de um muro simples. Relatou que, entre as exigências apresentadas, se encontrava a necessidade de desenhar os edifícios existentes junto ao muro e de representar a totalidade da estrutura, o que considerou desproporcionado face à dimensão e à finalidade da obra. Informou que, após quatro aditamentos, recebeu finalmente um ofício comunicando a aprovação do projeto, tendo, posteriormente, apresentado projetos de especialidades, designadamente relativos à rede de águas, ao comportamento térmico e ao condicionamento acústico. Questionou a necessidade de contratar um engenheiro para elaborar um projeto de estabilidade de um muro com 1,20 metros de altura, considerando que, na sua opinião, bastaria prever uma solução construtiva simples, como a colocação de pilares de cinco em cinco metros, cuja execução poderia ser assegurada pelo próprio pedreiro. Sublinhou que não pretendia apresentar a situação apenas como uma crítica isolada, mas como exemplo de uma progressiva complexificação dos procedimentos, que, segundo afirmou, também se verifica em processos relativos a garagens, ampliações e outras obras. Defendeu que o poder local deve ser um poder próximo, humanizado e célere, capaz de encontrar soluções práticas para os problemas dos munícipes. Apelou, por isso, à simplificação dos procedimentos no setor do urbanismo, de modo a evitar exigências que considerou desproporcionadas e a facilitar a realização das obras.

A presidente agradeceu a intervenção do Sr.º Arquiteto, referindo que a questão concreta apresentada era de natureza técnica. Nesse sentido, disponibilizou-se para, no final da reunião de Câmara, caso o interveniente assim o desejasse, abordar o assunto em particular, juntamente com o Chefe da Divisão de Urbanismo, presente na sala, podendo deslocar-se ao seu gabinete para o efeito.

Relativamente às questões de carácter mais transversal, informou que o Executivo tem recebido reportes de diversas situações e que estas são regularmente analisadas com os funcionários e os chefes de divisão, numa perspetiva de melhoria contínua.

Salientou que o objetivo da Câmara Municipal é servir as pessoas, sempre dentro da legalidade, procurando não criar dificuldades desnecessárias aos munícipes. Reforçou, contudo, que qualquer agilização dos procedimentos terá de ser efetuada dentro do quadro legal aplicável.

Manifestou-se igualmente disponível para, no âmbito das preocupações sentidas pelos arquitetos que desenvolvem a sua atividade no território, agendar uma reunião com vários profissionais, de modo a ouvir as suas dificuldades e articular com os serviços municipais a identificação de eventuais constrangimentos e das soluções que possam permitir agilizar os procedimentos.

Referiu que o Sr.º Arquiteto não era o primeiro profissional a colocar-lhe questões desta natureza e reconheceu que existem situações que carecem de correção, afirmando que o Município está consciente de que nem tudo é feito da melhor forma e que é necessário continuar a melhorar.

Informou, ainda, que se verifica atualmente uma situação de atraso nos prazos de resposta dos serviços, resultante, em parte, do período em que estes estiveram condicionados pelas inundações dos espaços municipais, situação que provocou uma interrupção no normal funcionamento dos serviços. Acrescentou que já existia um passivo de processos e que o Executivo está a trabalhar para o recuperar rapidamente, procurando colocar todos os processos em dia, sem exceção.

A propósito da afirmação de que determinados processos avançariam enquanto outros ficariam retidos, esclareceu que não pretendia pronunciar-se sobre situações anteriores, por não dispor de elementos que lhe permitissem comprová-las. Sublinhou, contudo, que a orientação atual é a de que todos os processos sejam tratados de forma igual, preferencialmente pela ordem de entrada.

Reconheceu que existem processos mais complexos do que outros, que, naturalmente, não podem ser despachados com a mesma celeridade. Salientou, porém, o trabalho desenvolvido pelos funcionários para recuperar o tempo perdido e reafirmou que o Município continuará empenhado nessa tarefa.

Concluiu, reiterando a sua disponibilidade para discutir estas questões com os profissionais do setor, com o objetivo de agilizar, dentro da lei, os procedimentos que possam ser agilizados e evitar a criação de dificuldades desnecessárias aos munícipes.

Por fim, voltou a disponibilizar-se para, no final da reunião, reunir com o Sr.º Arquiteto e com o Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, presente na sala, tendo em vista o esclarecimento e o eventual encaminhamento da situação apresentada. De seguida, perguntou se havia mais alguém que pretendesse intervir.

A Sr.ª Liliana Nunes agradeceu à presidente a disponibilidade demonstrada ao recebê-la, há cerca de um mês, para tratar de uma situação relacionada com uma moradia de que é proprietária, sita na Rua Evaristo Gago, n.º 14, no Arez. Explicou que adquiriu a moradia em 2021 e que, após a aprovação do respetivo projeto, durante a recolha de orçamentos para a realização da obra, um empreiteiro lhe chamou a atenção para a

existência, no interior do seu terreno, de uma infraestrutura pública, designadamente uma caixa de saneamento. Referiu que adquiriu a moradia com o respetivo logradouro e que, à data da compra, não tinha conhecimento da existência daquela infraestrutura, nem de qualquer registo de servidão. Segundo informou, o Município teria vendido o terreno aos anteriores proprietários alguns meses antes da sua aquisição, sem que tivesse sido constituída ou registada a necessária servidão. Acrescentou que existem infraestruturas de saneamento e de abastecimento de água a atravessar o seu terreno e os logradouros de outros moradores. Informou ainda que tentou, por diversas vezes, dialogar com os serviços municipais e com os responsáveis políticos, tendo mantido vários contactos com o Eng.º Edgar Costa, sem que, até ao momento, tivesse sido encontrada uma solução concreta para o problema. Salientou que procurou sempre resolver a situação de forma dialogante, evitando a instauração de um litígio com o Município. Contudo, chegou a um ponto em que, para obter o licenciamento da moradia e da atividade de alojamento local que pretendia desenvolver, teve de contratar um colega para a representar, uma vez que o processo se encontrava condicionado pela questão das infraestruturas de saneamento. Referiu que, na reunião que teve com a presidente e com o Eng.º Edgar Costa, foi manifestada preocupação relativamente à situação, tendo ficado acordado que seria analisada a existência de orçamento e a possibilidade de enquadrar financeiramente a obra necessária. Segundo explicou, a solução passaria, aparentemente, pela construção de uma estação elevatória e pela retirada das infraestruturas que atravessam os logradouros, transferindo-as para o espaço exterior. Informou, contudo, que, até à data, não tinha recebido qualquer resposta concreta. Acrescentou que, entretanto, surgiram novos problemas, designadamente os danos sofridos por uma vizinha, provocados pelas águas, para além dos danos anteriormente causados pelas cheias, e a existência de maus cheiros no interior de uma moradia recentemente remodelada, situação que, segundo afirmou, também afeta outros moradores que ali residem há vários anos. Concluiu, apelando à presidente e ao Executivo Municipal para que a obra seja considerada urgente e realizada com a maior brevidade possível, salientando que os moradores não podem aguardar pelo próximo ano ou pelo próximo exercício orçamental. Alertou ainda que, caso não seja encontrada uma solução, os moradores poderão não ter outra alternativa senão recorrer à via litigiosa contra o Município.

A presidente da Câmara confirmou que, recebeu a munícipe e que, nas deslocações realizadas à aldeia, o Executivo Municipal já tinha identificado a situação, na sequência dos relatos apresentados por vários moradores.

Informou que, após a reunião mantida com a munícipe, teve também oportunidade de falar com o Eng.º Edgar Costa, tendo sido equacionada a inclusão da obra na

proposta de orçamento, com o objetivo de corrigir definitivamente o problema, que afeta um número significativo de pessoas. Esclareceu, contudo, que a inscrição da obra no orçamento significa que a sua execução apenas poderá ocorrer no próximo ano. Acrescentou que será necessário alterar todo o sistema existente e construir uma estação elevatória, conforme anteriormente referido. Concluiu afirmando que a intervenção constitui uma prioridade para o Executivo Municipal e que, embora não seja possível realizá-la durante o corrente ano, será seguramente contemplada na proposta de orçamento para o próximo ano, salvo se ocorrer alguma circunstância imprevista.

O vereador António Grilo acrescentou que existia também uma questão pertinente relacionada com a estação de tratamento de águas residuais (ETAR), relativamente à qual o Município tinha diagnosticado alguns problemas.

De seguida, o vereador referiu que considerava importante assumir o compromisso de inscrever a obra no orçamento, considerando esse compromisso efetivo e concreto. Salientou, contudo, que seria igualmente importante assegurar uma comunicação mais direta com os moradores, de modo que estes pudessem acompanhar o processo e compreender os constrangimentos existentes por parte do Município.

Informou que, atualmente, existem outras situações semelhantes no concelho, relacionadas com loteamentos municipais realizados em locais onde já existiam infraestruturas. Por motivos relacionados, eventualmente, com a desatualização do cadastro ou com outras circunstâncias, existem lotes onde passam infraestruturas de saneamento e de abastecimento de água, verificando-se situações em que os proprietários se encontram prestes a iniciar a construção.

Referiu que serão necessárias intervenções para corrigir essas situações, reconhecendo que, em alguns casos, a sua resolução poderá ser complexa. Considerou, porém, que, relativamente à situação apresentada pela munícipe, a solução não aparentava ser particularmente difícil, devendo ser articulada com a necessidade de investimento na ETAR. Concluiu salientando que a comunicação seria fundamental, defendendo a realização de reuniões periódicas entre os moradores, os serviços municipais e o Executivo, com o objetivo de acompanhar a evolução do processo, identificar os constrangimentos existentes e encontrar as soluções necessárias, uma vez que o objetivo comum seria assegurar a concretização da intervenção.

A Sr.ª Maria da Conceição Barroso, residente na Rua das Flores, n.º 8, Arez, referiu que vinha apresentar uma situação semelhante à anteriormente relatada por outra munícipe, embora respeitante a uma rua diferente. Disse que, o problema se mantinha há vários anos, sem que tivesse sido encontrada uma solução. Explicou que, em

períodos de chuva intensa, devido à localização da rua numa zona baixa, as habitações são afetadas, sobretudo ao nível das instalações sanitárias. Acrescentou que os moradores são também confrontados com cheiros muito intensos e desagradáveis, com a presença de moscas e mosquitos, bem como com a impossibilidade de permanecerem no exterior das suas habitações em determinados dias. Relatou que, há mais de quinze anos, após regressar do trabalho num dia de chuva intensa, encontrou a sua casa completamente inundada, tendo a água atingido uma altura significativa e provocado elevados prejuízos. Na altura, deslocou-se aos serviços municipais e falou com o Eng.º Renato, que lhe indicou como solução a construção de uma caixa de drenagem, que foi ligada a uma vala situada nas proximidades, a céu aberto, que conduz a água para os arrozais existentes em frente. Referiu que, quando chove intensamente, as caixas ficam cheias e acabam por descarregar para a referida vala, questionando a adequação dessa solução.

Considerou que a situação constitui um problema de saúde pública e afirmou que não pode continuar a prolongar-se, sobretudo devido aos cheiros nauseabundos que se fazem sentir no interior das habitações. Acrescentou que a sua habitação é antiga e necessita de obras, mas que não dispõe de recursos financeiros para as realizar. Salientou que, na sequência das inundações, a sua casa chegou a ter cerca de um metro de água no interior, tendo ficado danificados os seus bens e as paredes da habitação. Concluiu manifestando o desejo de, pelo menos, ver resolvido o problema relacionado com os esgotos, salientando que era apenas essa a solução que pretendia obter.

A presidente agradeceu a intervenção e, na sequência do anteriormente referido pela outra munícipe, afirmou que o Executivo Municipal iria trabalhar para resolver a situação, salientando que já estavam a ser desenvolvidas diligências nesse sentido.

A Sr.ª Catarina Crisóstomo referiu que possui várias habitações na rua onde residem as anteriores intervenientes. Esclareceu que, apesar de as ruas terem designações diferentes, se trata, na realidade, da mesma zona do Arez. Pretendeu complementar as intervenções anteriores, apresentando alguns aspetos de natureza mais técnica. Explicou que a totalidade das águas residuais é encaminhada para a rua onde se situam as habitações das munícipes, a qual se encontra a uma cota inferior à da estação de tratamento de águas residuais (ETAR). Referiu que, em períodos de precipitação intensa, ocorre uma sobrecarga do sistema, agravada pelo facto de, em alguns arruamentos, as águas pluviais se encontrarem misturadas com as águas residuais domésticas. Acrescentou que, durante o verão, também se verifica um aumento da utilização da rede, em consequência da população residente, das pessoas que se deslocam às suas casas de férias e dos visitantes e turistas que permanecem

ou passam pela localidade. Informou que, durante o verão, a sua habitação, que tinha sido recentemente recuperada, voltou a ser inundada por águas residuais, tendo sido obrigada a substituir novamente aduelas e rodapés. Explicou que a situação se agravou pelo facto de não ter sido possível contactar atempadamente o piquete, acrescentando que são os próprios moradores lesados que têm de solicitar aos serviços municipais a deslocação ao local para proceder à limpeza e desobstrução das caixas de saneamento. Considerou que a situação verificada durante o verão foi particularmente grave, tendo os serviços municipais sido chamados várias vezes, sempre na sequência de pedidos dos moradores. Defendeu, por isso, que, enquanto a solução definitiva não for implementada, deverá ser prevista no plano de trabalhos dos serviços municipais a realização de visitas regulares de verificação e manutenção das infraestruturas. Salientou que essa medida permitiria aos proprietários ter maior segurança relativamente ao estado das suas habitações, sobretudo nos casos em que não residem permanentemente na localidade. Reconheceu que, quando contactado, o piquete costuma deslocar-se ao local no próprio dia, não tendo, nesse aspeto, razões de queixa. Contudo, explicou que, por vezes, é desobstruída uma rua ou uma caixa de saneamento, permanecendo outras por resolver, o que obriga a novas deslocações dos serviços no dia seguinte, quando estas voltam a provocar problemas. Concluiu salientando que, para além dos prejuízos materiais, a situação provoca um significativo mal-estar aos moradores e representa uma preocupação ambiental relevante. Por fim, apelou a que, na solução a desenvolver, fosse ponderada a possibilidade de tratar separadamente as águas residuais da rua que se encontra a uma cota inferior à da ETAR, considerando que não fará sentido encaminhar a maioria do caudal de águas residuais para um local situado abaixo da estação de tratamento. Na sua opinião, essa solução poderá ser mais simples do que a construção de uma estação elevatória destinada a bombear as águas residuais de toda a aldeia.

A presidente agradeceu novamente a presença dos munícipes e as questões apresentadas, salientando a importância de os cidadãos participarem nas reuniões quando sentem necessidade de expor problemas que consideram relevantes.

Referiu que a Câmara Municipal é uma casa de portas abertas para todos e assegurou que as situações transmitidas não seriam ignoradas. Informou que, na sequência da reunião mantida com a Sr.ª Liliana Nunes, já tinha sido realizada uma reunião com o Eng.º Edgar Costa, com o objetivo de encontrar soluções para o problema apresentado. Acrescentou que o Executivo Municipal tomou nota de todas as questões colocadas e reconheceu a importância que a situação assume, a qual já tinha sido anteriormente identificada durante deslocações à localidade e contactos realizados no terreno com os moradores. Salientou que será necessário desenvolver trabalho no

sentido de solucionar definitivamente o problema, esclarecendo, contudo, que se trata de uma questão de natureza técnica, cuja solução mais adequada terá de ser estudada em articulação com os serviços técnicos municipais. Por fim, referiu ter tomado igualmente em consideração a sugestão apresentada relativamente ao encaminhamento das águas residuais, comprometendo-se o Executivo Municipal a analisar essa possibilidade e a procurar a melhor solução para a situação.

O Sr.º José Domingos Costa, representante da ADT — Associação de Desenvolvimento do Torrão, começou por apresentar um agradecimento à Câmara Municipal pela intervenção realizada no Centro Infantil de Alcácer do Sal. Explicou que o Centro Infantil sofreu danos significativos na sequência das inundações e que já existia, há vários anos, um problema relacionado com a rede de saneamento. Referiu que, perante a ausência de uma solução definitiva por parte dos anteriores executivos, a Associação acabou por encontrar uma solução provisória, que consistiu na instalação de uma válvula de maré no interior das instalações. Segundo esclareceu, os esgotos encontravam-se ligados ao sistema de águas pluviais, o que fazia com que, em períodos de chuva intensa, as águas residuais entrassem nas instalações. Acrescentou que, desde 2012, altura em que a Associação assumiu a gestão do equipamento, era necessário proceder regularmente ao fecho da válvula de maré durante o inverno. Salientou que, no âmbito das obras recentemente realizadas, a Associação solicitou a intervenção da presidente da Câmara, tendo sido encontrada uma solução para o problema. Informou que o sistema de saneamento foi encaminhado para uma solução diferente e que foi instalada uma válvula de maré mais eficiente, tendo sido transmitido à Associação que, dessa forma, o problema não voltaria a verificar-se. Considerou que a intervenção representa uma melhoria muito importante para o funcionamento do Centro Infantil e, em nome da Associação, manifestou o seu agradecimento à Câmara Municipal. De seguida, apresentou uma sugestão relacionada com os serviços de urbanismo, defendendo a criação ou implementação de plataformas informáticas que permitam aos munícipes submeter diretamente os seus processos e documentos. Referiu que existem já várias plataformas desta natureza e mencionou, a título de exemplo, a Câmara Municipal de Oeiras. Considerou que esta solução seria particularmente importante para os moradores do Torrão, tendo em conta a distância de cerca de 33 quilómetros em relação a Alcácer do Sal e as deslocações necessárias para entregar ou levantar documentos. Salientou que, por experiência própria, os procedimentos atualmente existentes implicam numerosas deslocações e uma significativa perda de tempo, situação que pode provocar atrasos nos processos de licenciamento, sobretudo para as pessoas que não têm disponibilidade para se deslocar frequentemente aos serviços

municipais. Defendeu, assim, que a tramitação eletrónica dos processos de urbanismo e o envio de documentação através de uma plataforma informática deveriam constituir uma área prioritária de modernização dos serviços. Acrescentou que existem também procedimentos de natureza administrativa que poderiam ser simplificados, dando como exemplo a declaração municipal necessária para efeitos de escritura, destinada a confirmar se determinado imóvel dispõe ou não de licença de utilização. Referiu que, nos casos de imóveis anteriores a 1951, poderá existir isenção, mas que, ainda assim, é necessário apresentar um requerimento com diversos elementos. Considerou que determinados procedimentos poderiam ser tratados de forma mais simples, sem necessidade de intervenção técnica em todos os casos, à semelhança do que, segundo afirmou, já acontece noutros municípios. Salientou que os procedimentos atuais implicam uma demora significativa, podendo chegar aos 90 dias úteis previstos para a tramitação administrativa, o que representa um constrangimento para os munícipes. Concluiu manifestando a esperança de que o atual Executivo Municipal possa implementar medidas de inovação e simplificação administrativa, considerando que tal faria uma diferença significativa na vida dos moradores e dos munícipes.

A presidente agradeceu as palavras do representante da ADT e esclareceu que a colaboração com as instituições e com os particulares constitui uma das funções do Município, sendo desenvolvida sempre que existam condições e disponibilidade dos serviços para o efeito. Salientou, contudo, que, quando não é possível dar resposta a determinada solicitação, tal se deve às limitações existentes. Referiu que o Executivo Municipal pretende manter-se disponível para colaborar com as instituições e com os particulares, dando, em primeiro lugar, especial atenção às instituições.

Relativamente à modernização tecnológica dos serviços de urbanismo, reconheceu que o Município ainda não se encontra na vanguarda nesta área. Informou, por isso, que estão a ser desenvolvidos trabalhos com vista à instalação do Balcão Único, através do qual será possível proceder à digitalização e modernização de grande parte dos serviços municipais. Esclareceu que digitalizar serviços não significa apenas digitalizar documentos, mas implementar uma verdadeira modernização administrativa, permitindo que os munícipes, a partir de casa, possam submeter documentação, preencher formulários disponibilizados online e solicitar diversos serviços à autarquia. Informou que, atualmente, esses serviços ainda não se encontram integralmente disponíveis, mas que o Município está a trabalhar para que possam ser disponibilizados com a conclusão do processo de implementação do Balcão Único. Acrescentou, contudo, que já se encontra em funcionamento, há relativamente pouco tempo, uma plataforma que permite submeter online diversos processos, sem necessidade de deslocação aos serviços municipais para entrega da

documentação. Referiu que todos os arquitetos foram informados sobre a forma de utilização da plataforma e sobre as normas a cumprir na submissão dos processos. Salientou que ainda existe um caminho significativo a percorrer, apontando como objetivo permitir que cada munícipe possa acompanhar o seu processo em tempo real. Referiu, a este propósito, que já teve oportunidade de trabalhar num Município onde esse sistema se encontrava implementado, tendo essa realidade sido alcançada antes de 2012. Afirmou que o Executivo Municipal pretende continuar a trabalhar nesse sentido, procurando concretizar os objetivos definidos ao nível da modernização e da simplificação administrativa. De seguida, informou que o presidente da Junta de Freguesia do Torrão também manifestou preocupação relativamente às dificuldades sentidas por alguns munícipes daquela freguesia, tendo-lhe transmitido, no dia anterior, a existência de situações simples que obrigam os moradores a deslocar-se a Alcácer do Sal para tratar de assuntos administrativos.

Nesse contexto, referiu que o Município pretende articular com os serviços da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, designadamente com a respetiva Secretaria, no sentido de proporcionar formação aos funcionários da Junta de Freguesia que asseguram o atendimento no Espaço do Cidadão do Torrão. Explicou que essa formação deverá abranger os assistentes técnicos da área do urbanismo e, eventualmente, também os serviços de águas, uma vez que existem documentos que podem ser recebidos por correio eletrónico. O objetivo será dotar os funcionários da Junta de Freguesia de conhecimentos que lhes permitam prestar um melhor apoio aos munícipes. Esclareceu, contudo, que os funcionários da Junta não irão substituir-se aos técnicos municipais, mas funcionarão como facilitadores, ajudando os cidadãos a encaminhar os seus pedidos, a identificar os endereços de correio eletrónico adequados e, quando necessário, a digitalizar a documentação exigida. Concluiu salientando que esta medida permitirá facilitar o acesso dos munícipes aos serviços municipais, sobretudo daqueles que residem no Torrão e que têm maiores dificuldades em deslocar-se a Alcácer do Sal. Reafirmou, assim, o compromisso do Executivo Municipal em trabalhar com a Junta de Freguesia do Torrão para concretizar esta solução.

Período da Ordem do Dia

Aprovação da ata:

Foi dispensada a leitura da ata por a mesma ter sido previamente distribuída.

- A ata n.º 16 de 27 de agosto de 2026.

Intervenções:

O vereador Mário Caixas apresentou oralmente alguns apontamentos relativos à ata, os quais disponibilizou, em suporte de papel, aos serviços municipais e que se dão por reproduzidos no anexo II à presente ata.
O vereador António Grilo referiu que havia solicitado que a palavra "mentira" constasse da ata.
A presidente informou que, face às alterações apresentadas, a ata seria retirada para ser corrigida pelos serviços e submetida à aprovação na próxima reunião.
Foi deliberado, por unanimidade, retirar a ata para correção pelos serviços municipais e posterior aprovação na próxima reunião.

Foi dado conhecimento do saldo de Tesouraria, o qual se dá por integralmente reproduzido no anexo III à presente ata.

01 – Análise e votação da proposta referente à renovação do Contrato de Arrendamento nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, a qual se dá por reproduzida no anexo IV à presente ata.
A presidente informou que se tratava de uma renovação recorrente, referente ao contrato de arrendamento de uma habitação municipal cedida à viúva de um funcionário da Câmara Municipal, que reside numa habitação situada nas proximidades. Esclareceu que a habitação havia sido cedida quando o marido ainda era vivo e que, atendendo às situações de carência da munícipe, o contrato de arrendamento tem vindo a ser sucessivamente renovado. Referiu que a proposta em apreciação tinha precisamente por objeto a renovação do referido contrato, salientando, contudo, que a habitação se encontrava em muito más condições, necessitando de diversas obras de reabilitação. Acrescentou que o Município tinha conhecimento do estado em que a mesma se encontrava e que a sua recuperação seria considerada no âmbito de uma futura intervenção nas habitações sociais municipais. Por fim, destacou que aquela habitação constituiria também uma prioridade, atendendo aos riscos existentes, particularmente ao nível do pavimento.
A presidente perguntou se alguém tinha alguma dúvida ou questão a colocar. Não havendo intervenções, colocou a proposta à votação.
Deliberação: Aprovada por unanimidade.

02 – Análise e votação da proposta referente à renovação do Contrato de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Alcácer do Sal e o Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal, a qual se dá por reproduzida no anexo V à presente ata.

A presidente referiu que, quando, em 2022, o Município assumiu a delegação de competências na área da educação, poderia ter optado por duas soluções: assumir diretamente todas essas competências, passando a exercê-las no Agrupamento de Escolas, ou, como considerou ser a opção mais adequada, delegar no Agrupamento a direção das escolas e a responsabilidade pelo exercício das competências atribuídas, por entender que esta entidade reunia o conhecimento e a experiência necessários para assegurar a gestão da atividade dos estabelecimentos de ensino. Esclareceu que a delegação de competências era acompanhada da respetiva transferência de verbas. Nesse sentido, informou que a proposta em apreciação visava atualizar a autorização e proceder à renovação do contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas, para o ano letivo de 2026/2027, com início em 1 de setembro de 2026 e termo em 31 de agosto de 2027. Acrescentou que o contrato poderia ser renovado por mais um ano letivo, até ao limite dos mandatos dos representantes dos outorgantes. Por fim, recordou que o Diretor do Agrupamento havia assumido funções há pouco tempo, motivo pelo qual a respetiva designação tivera de ser submetida a nova deliberação da Câmara Municipal. Referiu ainda que dispunha do mapa das transferências mensais efetuadas para o Agrupamento, relativas aos diferentes meses.

Intervenções:

A vereadora Ana Morgado informou que, por fazer parte do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, não participaria na votação da proposta.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação, na ausência da vereadora Ana Morgado.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

03 – Análise e votação da proposta referente à renovação do Contrato de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Alcácer do Sal e o Agrupamento de Escolas de Torrão, a qual se dá por reproduzida no anexo VI à presente ata.

A presidente referiu que os motivos eram os mesmos, esclarecendo que a delegação de competências também havia sido efetuada no Agrupamento de Escolas do Torrão, não podendo, aliás, deixar de ser assim. Acrescentou que a proposta em apreciação visava a aprovação do contrato de delegação de competências, com o mesmo período de vigência do contrato anterior, acompanhado, naturalmente, das respetivas verbas destinadas ao exercício das competências delegadas.

A presidente perguntou se alguém tinha alguma dúvida ou questão a colocar. Não havendo intervenções, colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

04 – Análise e votação da proposta referente à abertura de concurso para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior – ano letivo 2026/2027, a qual se dá por reproduzida no anexo VII à presente ata.

A presidente informou que a proposta, igualmente da área da educação, tinha por objeto a abertura de concurso para a atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, para o ano letivo de 2026/2027.

Esclareceu que, à semelhança dos anos anteriores, a proposta previa, nesta fase inicial, a atribuição de um máximo de 30 bolsas de estudo, das quais 24 se destinariam a renovações e 6 a novas bolsas, distribuídas nos termos constantes da proposta. Recordou que o processo voltaria a ser submetido à apreciação da Câmara Municipal em fases posteriores. Referiu que, relativamente às novas bolsas, estava prevista uma bolsa para estudantes de Cursos de Técnico Superior Profissional (CTeSp), uma bolsa para estudantes de cursos de mestrado e quatro bolsas para estudantes inscritos em cursos de licenciatura ou de licenciatura com mestrado integrado. Acrescentou que se mantinham as áreas prioritárias definidas pelo anterior executivo, designadamente Medicina, Enfermagem e Engenharia Civil. Considerou, contudo, que esta matéria poderia ser posteriormente reavaliada, mediante auscultação de diversas entidades, no sentido de aferir se aquelas continuavam a ser as áreas prioritárias para o Município. Concluiu que, numa primeira análise, aquelas áreas continuavam a revelar-se necessárias, sem prejuízo de, numa fase posterior, poder vir a ser ponderada a sua alteração, caso se justificasse. Por fim, submeteu à apreciação da Câmara Municipal a proposta de abertura do concurso para a atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior.

Intervenções:

A vereadora Ana Morgado referiu que estava em apreciação uma proposta de alteração às áreas prioritárias, defendendo a sua eliminação, por considerar que a definição dessas áreas não seria justa. Reconheceu que os critérios tinham sido definidos pelo anterior Executivo Municipal, mas considerou que, no atual contexto, não deveria ser estabelecida qualquer área prioritária. Relativamente à distribuição do número de bolsas, salientou que a realidade do concelho demonstra que existe um número significativo de jovens a ingressar em cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), por vezes em número próximo dos que ingressam no ensino superior. Nesse sentido, considerou insuficiente a atribuição de apenas uma bolsa para estudantes que frequentem cursos (CTeSP), defendendo que deveriam ser atribuídas, pelo menos, duas bolsas para esse nível de ensino. Acrescentou que, embora a proposta previsse que uma bolsa não preenchida pudesse transitar para o

ensino superior, essa possibilidade não afastava, na sua opinião, a necessidade de reforçar o número de bolsas destinadas aos estudantes dos cursos (CTeSP).

A presidente esclareceu que também reconhecia a importância de contemplar os cursos de Técnico Superior Profissional (CTeSP), salientando que a sua inclusão no regulamento havia resultado, inclusivamente, de uma proposta sua, apresentada quando já se identificava essa necessidade. Referiu que, no ano anterior, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, das 24 bolsas destinadas à renovação, nem todas foram renovadas, tendo as bolsas não utilizadas transitado para novas bolsas de estudo. Acrescentou que, no ano anterior, terão sido atribuídas, salvo confirmação, duas bolsas de estudo a estudantes de cursos (CTeSP), precisamente em resultado dessa possibilidade de redistribuição. Relativamente à proposta de aumento do número de bolsas destinadas aos cursos (CTeSP), informou que a questão carecia de confirmação, uma vez que a distribuição das bolsas se encontra prevista no regulamento. Assim, caso se pretenda alterar esse número, será necessário proceder previamente à alteração do respetivo regulamento. Nesse sentido, considerou que, numa fase posterior, deverá ser feita uma análise global do regulamento, identificando as alterações que se revelem necessárias, tendo desafiado os membros do Executivo a apresentar propostas nesse âmbito. Contudo, para evitar atrasos no atual processo de atribuição de bolsas, propôs que, nesta fase, se mantivesse o procedimento previsto, uma vez que a experiência dos anos anteriores demonstra que, normalmente, nem todas as 24 bolsas de renovação são utilizadas, permitindo a sua posterior afetação a novas bolsas de estudo. Salientou que o atraso na aprovação do processo implica que os estudantes recebam as bolsas mais tarde, pelo que defendeu o avanço da proposta nos termos apresentados, sem prejuízo de, posteriormente, se proceder à revisão do regulamento e à eventual apresentação de propostas de alteração.

A presidente salientou, contudo, que, caso fosse proposta uma alteração ao regulamento, o respetivo procedimento poderia ser demorado e atrasar o atual processo de atribuição das bolsas. Considerou, por isso, que a alteração deveria ser trabalhada desde já, para que pudesse produzir efeitos no próximo ano letivo.

A presidente acrescentou que, no ano anterior, o Município já tinha tido em consideração esta realidade, tendo sido atribuídas duas bolsas de estudo a estudantes de cursos de Técnico Superior Profissional (CTeSP).

Não havendo mais intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

05 – Análise e votação da proposta referente à empreitada "Requalificação da Estrada entre Mil-Brejos Batão e a Aldeia de São Romão" – proposta de aprovação da conta final, a qual se dá por reproduzida no anexo VIII à presente ata.

A presidente informou que a proposta tinha por objeto a aprovação da conta final da empreitada de requalificação da Estrada de Mil-Brejos Batão e a Aldeia de São Romão. Referiu que a Câmara Municipal dispunha de toda a informação técnica relativa à empreitada e recordou que a obra já havia sido objeto de um processo de incumprimento, tendo essa matéria sido anteriormente submetida à apreciação da Câmara Municipal. Concluiu que a proposta em apreciação visava a aprovação da respetiva conta final.

A presidente perguntou se alguém tinha alguma dúvida ou questão a colocar. Não havendo intervenções, colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

06 – Análise e votação da proposta referente à empreitada "Construção, Ampliação e Beneficiação do Centro Pré-Escolar de Alcácer do Sal" – proposta de encerramento do processo – garantia da obra / liberação parcial da caução e reforço da caução (4º e 5º ano), a qual se dá por reproduzida no anexo IX à presente ata.

A presidente informou que a proposta dizia respeito à empreitada de construção, ampliação e beneficiação do Centro Pré-Escolar de Alcácer do Sal, conhecido por "Morgadinho". Esclareceu que a proposta tinha por objeto o encerramento do processo, a garantia da obra e a libertação parcial da caução e do reforço da caução, referentes ao quarto e ao quinto ano. Referiu que este procedimento se inseria também no esforço que vinha sendo desenvolvido, já desde o anterior executivo, no sentido de promover o encerramento dos processos relativos às empreitadas, salientando a importância de dar continuidade a esse trabalho. Concluiu que a proposta em apreciação visava, assim, o encerramento do processo da empreitada, a garantia da obra e a libertação parcial da caução e do respetivo reforço, nos termos constantes da documentação técnica.

A presidente perguntou se alguém tinha alguma dúvida ou questão a colocar. Não havendo intervenções, colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

07 – Análise e votação da proposta referente à empreitada "Ampliação da área de localização Empresarial de Alcácer do Sal" – lista de esclarecimentos, erros e omissões e proposta de aprovação de retificação do mapa de quantidades e respetiva prorrogação de prazo, a qual se dá por reproduzida no anexo X à presente ata.

A presidente informou que a proposta seguinte dizia respeito à empreitada de ampliação e localização da Área Empresarial da ZIL, tendo por objeto a lista de esclarecimentos, erros, omissões e propostas de aprovação e ratificação do mapa de quantidades. Esclareceu que a proposta era submetida a ratificação da Câmara Municipal porquanto existia um prazo para resposta que não permitia que a matéria fosse apreciada na presente reunião. Referiu que a documentação incluía informação detalhada, designadamente os movimentos efetuados no sistema MyDoc, e que a proposta visava a ratificação do despacho proferido, nos termos da informação técnica apresentada. Salientou que se tratava de uma obra essencial para o território, que vinha também do anterior executivo, e que o Município não pretendia atrasar a sua execução. Acrescentou que parte do financiamento da empreitada se encontrava assegurada através do Pacto de CIMAL, manifestando a intenção de avançar com a obra com a maior brevidade possível.

Intervenções:

Na discussão do ponto o vereador Mário Caixas pediu a palavra referindo que:

"Anoto - Dispenso-me de perguntar, porque provavelmente, receberia a habitual resposta de que "tudo já foi respondido" ou "responderei por escrito".

Não vem indicado na proposta nenhuma circunstância excecional que fundamenta o recurso ao artigo 35 n.º 3 do RJAL para a ratificação em causa, sendo uma evidência que a dilação de 8 dias, de 02-09-2026 data do despacho em crise, para o dia de hoje não é acontecimento que na economia do concurso comprometa de alguma forma ou mesmo.

Mais anoto que a possibilidade de existência dos vícios de que o edital do concurso padece, não são surpresa, pois, sem discriminação exaustiva agora relatada, eu já tinha apontado na reunião de deste Órgão em 23-07-2026 em que a abertura daquele concurso foi aprovada, que informações dos serviços juntas ao procedimento já o avisavam, mas, entendeu-se prosseguir para diante, felizmente tratando-se de concurso em que há interessados com dimensão, para obrigarem a gestão da Sra. Presidente e do Sr. Vice-Presidente a conformarem-se com o ordenamento legal.

Anoto ainda que não vejo avançado pela proponente, a Sra. Presidente, qual o motivo para a ocorrência das deficiências em causa, fáceis de suprir como se vê, que me leva a concluir serem da sua exclusiva responsabilidade, isto é, sem macular a competência dos serviços do Município.

Em suma, não há fundamento para não se prorrogar pelos referidos oito dias o prazo de apresentação de propostas (Artigo 64 n.º 1 do CCP), como a jurisprudência das cautelas aconselha, não persistindo nos mesmos erros de pressa a todo o custo, esta porventura, para mais propaganda."

A presidente esclareceu que, na maioria dos concursos públicos, existe um período destinado à prestação de esclarecimentos solicitados pelas entidades através da plataforma Vortal, bem como à comunicação de erros e omissões, procedimentos habitualmente assegurados pelos serviços municipais. Recordou ainda que, conforme consta da página 3 da informação técnica, o prazo limite para a prestação de esclarecimentos e para a decisão sobre a prorrogação do prazo de apresentação de propostas não era compatível com a data da reunião ordinária seguinte, não existindo condições temporais para o agendamento de uma reunião extraordinária dentro do prazo legal de resposta.

Não havendo mais intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por maioria, com um voto contra do vereador Mário Caixas.

O vereador Mário Caixas, apresentou oralmente uma declaração de voto, que disponibilizou em impressão de papel aos serviços e que se dá por reproduzida no anexo XI à presente ata.

08 – Análise e votação da proposta referente ao fornecimento de energia elétrica 2026/2027 ao abrigo do Acordo Quadro – AQ 01/2025 CC – CIMAL – relatório final, minutas do contrato e adjudicação, a qual se dá por reproduzida no anexo XII à presente ata.

A presidente informou que a proposta dizia respeito ao fornecimento de energia elétrica ao abrigo de Acordo-Quadro, tendo por objeto o relatório final, as minutas de contrato e a adjudicação, relativos ao período de 2026-2027. Esclareceu que a proposta era submetida à reunião de Câmara para ratificação, nos termos e pelas razões constantes da informação disponibilizada aos Senhores Vereadores, a qual fundamentava a necessidade de adoção do procedimento por ratificação. Referiu que a proposta visava a aprovação da adjudicação, do relatório final e das minutas de contrato relativas ao fornecimento de energia elétrica ao abrigo do Acordo-Quadro para o período de 2026-2027. Recordou que se tratava de um processo que já havia sido submetido várias vezes à apreciação da Câmara Municipal e que tinha enfrentado algumas dificuldades, nomeadamente na obtenção de empresas concorrentes aos diferentes lotes. Acrescentou que, na sequência dessas dificuldades, foi necessário introduzir uma alteração às condições do procedimento, conforme havia referido na reunião anterior. Informou que, após a apresentação das propostas pelas empresas concorrentes, o júri procedera à respetiva análise, encontrando-se agora em apreciação o relatório final, as minutas de contrato e a proposta de adjudicação, para efeitos de ratificação.

Intervenções:

A vereadora Ana Morgado informou que, por fazer parte do júri do concurso, não participaria na votação da proposta.
Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação, na ausência da vereadora Ana Morgado.
Deliberação: Aprovada por unanimidade.

09 – Análise e votação da proposta referente à revogação da deliberação da Câmara Municipal, datada de 27/08/2026, sobre a proposta n.º 058/DOMM/2026, relativa à abertura do procedimento de aquisição de serviços na área dos seguros para o ano 2027, a qual se dá por reproduzida no anexo XIII à presente ata.
A presidente informou que a proposta seguinte dizia respeito à aquisição de serviços na área de seguros, tendo por objeto a revogação de uma deliberação anteriormente aprovada. Esclareceu que todas as propostas submetidas à reunião de Câmara devem ser acompanhadas do respetivo cabimento orçamental. Referiu que, embora existisse verba disponível para suportar o procedimento, conforme explanado na informação técnica, a proposta anteriormente aprovada não se encontrava acompanhada da respetiva ficha de cabimento, situação que não foi detetada aquando da sua apreciação e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Acrescentou que, assim que os serviços alertaram para a situação, procedeu à análise das suas consequências, ouvindo as duas Chefes de Divisão, tendo concluído que se tratava de um erro ou lapso que deveria ser assumido e corrigido. Referiu ainda que, de acordo com a avaliação efetuada, a correção da situação não comprometeria os prazos necessários à assinatura do contrato, nem colocaria em causa a continuidade do contrato anterior. A presidente assumiu, em primeiro lugar, a responsabilidade por não ter sido detetada a falta da ficha de cabimento aquando da apreciação da proposta, salientando que a solução adotada consistia em corrigir o lapso identificado, através da revogação da deliberação anteriormente aprovada. Concluiu que a proposta em apreciação se encontrava acompanhada de toda a informação necessária, incluindo a fundamentação constante da informação técnica, e visava a revogação da deliberação tomada na reunião de Câmara de 27 de outubro.
Intervenções:
A vereadora Ana Morgado informou que, por fazer parte do júri do concurso, não participaria na votação da proposta.
Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação, na ausência da vereadora Ana Morgado.
Deliberação: Aprovada por unanimidade.

10 – Análise e votação da proposta referente à abertura de procedimento por concurso público para a aquisição de serviços na área dos seguros – ano 2027, a qual se dá por reproduzida no anexo XIV à presente ata.

A presidente informou que a proposta tinha por objeto a abertura de um procedimento de concurso público para a aquisição de serviços na área de seguros, propondo a aprovação da respetiva abertura, acompanhada da necessária ficha de cabimento orçamental.

Intervenções:

A vereadora Ana Morgado informou que, por fazer parte do júri do concurso, não participaria na votação da proposta.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação, na ausência da vereadora Ana Morgado.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

11 – Análise e votação da proposta referente à empreitada "Execução das Ligações Terra - Rio na Frente Ribeirinha de Alcácer do Sal" – relatório final – não adjudicação e revogação da decisão de contratar, a qual se dá por reproduzida no anexo XV à presente ata.

A presidente informou que a proposta seguinte dizia respeito à empreitada de execução de ligações Terra-Rio na Frente Ribeirinha de Alcácer do Sal, tendo por objeto o relatório final, a decisão de não adjudicação e a revogação da decisão de contratar. Esclareceu que havia sido lançado um concurso público, ao qual não foram apresentadas propostas, apesar de terem existido algumas manifestações de interesse por parte de potenciais concorrentes. Referiu que, face ao valor previsto para a empreitada, se verificou que não houve empresas concorrentes, tendo o concurso ficado deserto. Acrescentou que seria necessário avaliar a forma de prosseguir com o procedimento, designadamente atendendo ao valor em causa. Salientou, contudo, que se tratava de uma intervenção urgente, reconhecendo que as empresas eram cada vez mais solicitadas e que, perante determinados valores, acabavam por não apresentar propostas.

Intervenções:

O vereador António Grilo referiu que, na sequência da reunião realizada no dia anterior com os serviços, foi decidido que o próximo procedimento deverá distinguir as duas intervenções em causa: a reparação da rampa de acesso ao rio, constituída por uma estrutura de betão, e a intervenção no passadiço junto ao Parque dos Pescadores, por apresentarem tipologias de trabalhos distintas. Esclareceu que o lançamento do concurso como um todo poderá dificultar a apresentação de propostas,

designadamente pela eventual necessidade de subcontratação, com consequente agravamento dos preços. Informou, assim, que o próximo procedimento será lançado por lotes, criando dois lotes distintos, de modo a aumentar a probabilidade de obtenção de concorrentes para cada intervenção e permitir, simultaneamente, um ajustamento dos preços face aos valores anteriormente previstos.

Não havendo mais intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por maioria, com uma abstenção do vereador Mário Caixas.

12 – Análise e votação da proposta referente à atribuição de lugar de estacionamento de cargas e descargas afeto à Junta de Freguesia da Comporta, a qual se dá por reproduzida no anexo XVI à presente ata.

A presidente informou que o título da proposta havia sido corrigido, tendo sido entregue a cada um dos vereadores a respetiva correção. Referiu que, a proposta refere-se à análise e votação da atribuição de um lugar de estacionamento destinado a cargas e descargas, afeto à Junta de Freguesia da Comporta.

A presidente informou que a proposta teve origem numa solicitação da Junta de Freguesia da Comporta, tendo a mesma sido analisada pelos serviços técnicos do Município, que apresentaram a respetiva proposta.

Salientou que o Executivo da Junta de Freguesia da Comporta tem reportado ao Município diversas situações que carecem de intervenção ao nível da circulação e do trânsito naquela localidade, considerando o aumento significativo da população durante determinados períodos do ano, circunstância que provoca constrangimentos ao nível da circulação rodoviária.

Referiu, ainda, que, na semana anterior, ocorreu um acidente de elevada gravidade na Comporta, relacionado com o desrespeito pela sinalização de trânsito, designadamente pela não paragem perante um sinal de STOP. Sublinhou, por isso, a necessidade de manter uma atenção permanente a estas questões e de continuar a trabalhar em estreita articulação com a Junta de Freguesia, no sentido de melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária na Comporta.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

13 – Análise e votação da proposta referente à implementação de medidas de ordenamento e sinalização no centro da aldeia da Comporta, a qual se dá por reproduzida no anexo XVII à presente ata.

A presidente informou que a proposta seguinte se refere igualmente à Comporta e diz respeito a um pedido formulado para a implementação de medidas de ordenamento e

sinalização no centro da aldeia da Comporta. Referiu que, a proposta é acompanhada do parecer técnico do Eng.º António Seco, no qual se refere que se encontram reunidas todas as condições técnicas e legais para avançar com a implementação das medidas propostas, podendo, assim, ser aprovada a sugestão apresentada pela Junta de Freguesia da Comporta, a qual se encontra detalhada na respetiva informação técnica.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

14 – Análise e votação da proposta referente à atribuição de lugar de estacionamento para pessoa com mobilidade reduzida, Travessa do Almoxarife n.º 10 em Alcácer do Sal, a qual se dá por reproduzida no anexo XVIII à presente ata.

A presidente informou que proposta seguinte se refere igualmente à atribuição de um lugar de estacionamento para pessoa com mobilidade reduzida, matéria que tem sido recorrente, atendendo à ausência e dificuldade de estacionamento na cidade. Referiu que, perante a dificuldade sentida por pessoas com mobilidade reduzida em estacionar as suas viaturas nas proximidades das respetivas habitações, têm sido apresentados pedidos, ao abrigo da legislação aplicável, para a atribuição de lugares de estacionamento devidamente identificados e afetos à matrícula da viatura utilizada. Informou que a presente proposta diz respeito a mais um desses casos, tendo o pedido sido analisado pelos serviços técnicos do Município. Na sequência da referida análise, concluiu-se estarem reunidas as condições necessárias para a atribuição do lugar de estacionamento, encontrando-se a respetiva localização e demais informação técnica devidamente detalhadas na proposta. Reforçou que estas situações são objeto de análise pelos serviços técnicos competentes, que, após avaliação, apresentam a respetiva proposta ao Executivo Municipal. Considerou, ainda, que estes pedidos devem ser devidamente atendidos, tendo em conta as dificuldades de mobilidade das pessoas em causa e a necessidade de lhes permitir estacionar as viaturas o mais próximo possível das suas habitações.

Intervenções:

A vereadora Ana Morgado referiu que o lugar de estacionamento destinado a pessoas com deficiência deverá ter 3,00 m de largura, e não 2,40 m, conforme indicado na proposta.

A presidente esclareceu que poderá existir um enquadramento diferente consoante a tipologia do estacionamento, informando que a questão será colocada ao técnico responsável para análise.

Não havendo mais intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

15 – Análise e votação da proposta referente à alteração ao Loteamento "Vila Tróia – Empreendimentos Imobiliários e Turísticos, Lda", a qual se dá por reproduzida no anexo XIX à presente ata.

A presidente informou que a proposta se refere à alteração ao loteamento denominado «Vila Troia», localizado na cidade de Alcácer do Sal, respeitante à alteração do referido empreendimento. Referiu que, a proposta se encontra devidamente fundamentada e acompanhada da respetiva informação técnica elaborada pelos serviços municipais. Disse que o processo se prolongou no tempo, tendo sido, entretanto reunidos e tratados todos os elementos necessários à sua apreciação e eventual aprovação. Esclareceu que a alteração em causa contempla essencialmente pequenos ajustes aos lotes, encontrando-se a respetiva informação detalhada nos documentos que integram a proposta. Questionou os vereadores sobre a existência de dúvidas ou questões relativamente à proposta, referindo que, caso necessário, poderiam ser prestados esclarecimentos de natureza técnica pelo Arq.º Ricardo Ambrósio, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU).

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por maioria, com uma abstenção do vereador Mário Caixas.

16 – Análise e votação da proposta referente à alteração de topónimo na Freguesia da Comporta, a qual se dá por reproduzida no anexo XX à presente ata.

A presidente referiu tratar-se de mais um pedido formulado pela Junta de Freguesia da Comporta, que considerou justo e merecido, tendo em conta o trabalho desenvolvido pelo Sr. Padre Adalberto Saraiva em prol daquela comunidade. Salientou que todos conhecem a obra e o trabalho desenvolvido pelo Sr. Padre Adalberto Saraiva em benefício da comunidade da Comporta, considerando, por isso, plenamente justificada a homenagem que se pretende prestar. Informou que o pedido teve origem numa solicitação formulada pela Paróquia, tendo a Junta de Freguesia da Comporta emitido o respetivo parecer, sendo agora submetido à apreciação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Regulamento Municipal de Toponímia. A proposta visa atribuir à atual Rua da Escola, na Comporta, a designação de «Rua Padre Adalberto Saraiva», como forma de homenagear o referido sacerdote, falecido há alguns anos, perpetuando o seu nome na toponímia da aldeia. Reiterou que considera esta uma homenagem justa e merecida, atendendo ao contributo prestado pelo Sr. Padre Adalberto Saraiva à comunidade da Comporta.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

17 – Análise e votação da proposta referente à atribuição de apoio financeiro extraordinário à Associação de Apoio Social de Casebres, a qual se dá por reproduzida no anexo XXI à presente ata.

A presidente salientou a importância desta Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), não só para a aldeia de Casebres, mas também para todo o concelho, destacando o trabalho desenvolvido ao longo dos anos e a evolução da instituição, fruto do empenho das suas sucessivas direções e do apoio inicialmente prestado pela Câmara Municipal. Referiu que a Associação tem vindo a alargar as suas respostas sociais, tendo evoluído de uma valência de centro de dia para outras respostas, designadamente o serviço de apoio domiciliário e uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), prestando atualmente apoio a um número significativo de pessoas. Salientou, ainda, que a instituição acolhe também pessoas provenientes de outros concelhos, face às atuais dificuldades existentes a nível nacional na resposta às necessidades de alojamento e cuidados destinados à população idosa. Destacou a importância destas respostas sociais, considerando a insuficiência de vagas existentes nas estruturas residenciais para pessoas idosas e a necessidade de garantir condições de vida dignas às pessoas que, após uma vida dedicada ao trabalho, necessitam deste tipo de apoio. Informou que a Associação, sendo uma instituição de pequena dimensão, solicitou o apoio do Município para fazer face aos custos associados à reparação de parte das janelas do edifício, intervenção enquadrada na melhoria da eficiência energética das instalações. Referiu que se trata de uma despesa de valor significativo, que a instituição tem dificuldade em suportar, justificando, por isso, o pedido de apoio financeiro à Câmara Municipal. Acrescentou que, durante o presente ano, ainda não foi possível proceder à revisão do protocolo com as IPSS, tendo, entretanto, sido retomadas as reuniões da Rede Social e estando em preparação uma reunião do Conselho Local de Ação Social (CLAS). Considerou que compete também ao Município apoiar as instituições que prestam serviços essenciais à população e aos munícipes do concelho, atendendo ao relevante trabalho social que desenvolvem. Assim, a proposta submetida à apreciação da Câmara Municipal prevê a atribuição de um apoio financeiro extraordinário no valor de 10.000,00 € (dez mil euros) à Associação de Apoio de Casebres, destinado a comparticipar a despesa inerente à intervenção de reparação das janelas do edifício, conforme documentação apresentada pela instituição.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

18 – Análise e votação da proposta referente ao procedimento concursal para "Atribuição de lotes de terreno destinados à construção de habitação para jovens" – pedido de prorrogação de prazo entrega de processo de comunicação prévia – lote 6 do Loteamento Municipal de Casebres – Alcácer do Sal, a qual se dá por reproduzida no anexo XXII à presente ata.

O vereador António Grilo esclareceu que a proposta diz respeito a um pedido de prorrogação de prazo apresentado pelo requerente relativamente ao loteamento da aldeia de Casebres. Informou que o requerente apresentou dois pedidos distintos, sendo que um deles será submetido à apreciação da Câmara Municipal em futura reunião, pelo que a presente proposta se refere exclusivamente ao pedido de prorrogação de prazo. Referiu que, se verifica uma situação não imputável ao requerente, motivo pelo qual este solicitou a prorrogação do prazo inicialmente estabelecido. Assim, a proposta visa autorizar a prorrogação do prazo, permitindo que o requerente mantenha o lote, não se procedendo à respetiva reversão para o Município, nos termos constantes da informação técnica que acompanha a proposta.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

19 – Análise e votação da proposta entregue pelo **Sr. Vereador Mário Caixas** referente à revogação de poderes delegados pela Câmara Municipal à Sr.ª Presidente, a qual se dá por reproduzida no anexo XXIII à presente ata.

O vereador Mário Caixas disse que na reunião de Câmara Municipal de Alcácer do Sal de 03.11.2025 (ata nº 20 da mesma, fls. 3, ponto 3, linhas 88/92, e anexo 4), foi aprovada a proposta nº 003/GAP/2025 com o assunto, Delegação de Competências da Câmara Municipal na Presidente da Câmara.

A deliberação abrangeu todas as competências da Câmara Municipal, que o texto legal (art. 34º .1 do RJAL) tem como passíveis de delegação à Sr.ª presidente, e nos considerandos da referida Proposta disse-se, em síntese, que aquelas são de gestão corrente, que importa não sobrecarregar a Câmara Municipal, cujos todos os membros se toma como exercendo funções executivas, com as mesmas, em detrimento de outras competências mais relevantes, que a utilização dos poderes delegados gerador de custo ou proveito financeiro será informada ao delegante na reunião subsequente, que se mantém o poder deste de revogação dos atos praticados no uso da delegação, e que esta pode ser feita cessar a todo o tempo.

Abstraindo-se na proposta fundamento da demonstração da pertinência da mesma, em relação a um que fosse dos poderes objeto, seguindo-se assumidamente o

antecedente histórico de vários mandatos, sem nenhuma referência à relação de confiança institucional e ou política, entre a Sr.ª presidente e esta Câmara Municipal.

No considerando 9, da Proposta em crítica, realça-se que, no contexto descrito de falta de transparência da atual gestão municipal, dirigida pela Sr.ª presidente, não existe a confiança institucional e ou política desta Câmara que justifica a subsistência da delegação de competências cuja revogação está em análise, que deve cessar.

Vejamos três casos exemplificativos, que revelam que a atuação da Sr.ª presidente neste domínio, é a da convicção de que exerce um poder absoluto, com desprezo por esta Câmara (sugerimos que de futuro a Sr.ª presidente se intitule presidente do Município), de modo a que não existe a confiança exigível para uma situação de delegação de competência ampla, genérica.

Primeiro caso: O desrespeito do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, em que a própria ilegalidade da declaração serviu pelo menos para que a Sr.ª presidente se evidenciasse neste ponto, de desrespeito absoluto pelos Srs. vereadores sem funções executivas, em que persiste acintosamente desde início de novembro do ano passado até hoje.

Mantém-se a inviabilização do direito à fiscalização da sua atividade, vulgarizou-se designadamente a não remessa aos Srs. vereadores da documentação indispensável para compreensão e análise crítica e objetiva da informação constante das convocatórias das reuniões da Câmara, que é absolutamente indispensável para o controle de quem quer ser destinatário de uma delegação de competências.

Segundo caso: Contentores da Barrosinha. Desde o que é possível ao reconduzir, a cerca de 10.02.2026, a Sr.ª presidente apossou-se de uma ideia (sugerida pelo Estado, pelo que se soube) de instalação de contentores no campo de futebol da Barrosinha, como um instrumento de solução para a salvaguarda do direito de habitação dos moradores na zona baixa da Barrosinha cujas casas foram inundadas, quando já estava garantido que os mesmos continuariam alojados no Hotel da Barrosinha, os que não pudessem recorrer a familiares.

Desde o início pelo que se percecionou a despesa seria da ordem de 900 mil euros, mas nem por isso a Sr.ª presidente se dispôs convocar de imediato a Câmara Municipal para avaliar a situação, antes preferindo exibir-se em relacionamentos com as autoridades estaduais, desprezando tratamento equitativo e não discriminatório entre todos os munícipes afetados.

Por mim, rejeito confiar em quem assim procedeu.

Terceiro caso: financiamento da Organização da PIMEL. De novo, a Sr.ª presidente tratou de um processo cuja despesa global exigia a aprovação da Câmara Municipal, à margem desta, profere despachos em 17 e 18-06-2026, fora das suas competências,

solicitando a respetiva ratificação na reunião deste órgão de 25-06-2026, quando se anunciava o malogro da sua intervenção e o desprestígio do Município.
Quis ser a "dona disto tudo", como nos casos anteriores, com as consequências para a correta organização da intervenção municipal.
Conclusão, retomando os considerandos tenho por justificada a proposta que ora apresento.
Intervenções:
A presidente citou o artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, relativo às competências do Presidente da Câmara Municipal, designadamente a representação do Município em juízo e fora dele, a execução das deliberações da Câmara Municipal, a coordenação da respetiva atividade, o cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal cuja execução dependa da intervenção da Câmara Municipal e a elaboração e atualização do cadastro dos bens móveis e imóveis do Município. Referiu, em particular, a alínea e) do referido artigo, respeitante à participação ao Ministério Público das faltas injustificadas dos membros da Câmara Municipal, para os efeitos legais, relacionando-a com as faculdades previstas no artigo 39.º, relativas à marcação e justificação de faltas dos membros da Câmara Municipal, incluídas na proposta em apreciação.
O vereador Mário Caixas esclareceu que a competência em causa não respeita à justificação de faltas.
A presidente referiu que a justificação de faltas constitui competência da Câmara Municipal e esclareceu que a justificação de faltas dos membros da Câmara Municipal é apreciada em cada reunião, ficando a respetiva decisão registada em ata, designadamente quando um vereador solicita a sua substituição. Referiu que, embora a Câmara Municipal mantenha competência nesta matéria, a mesma se encontra atualmente delegada na Presidente, que detém ainda, nos termos da alínea e) do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para participar ao Ministério Público as faltas injustificadas dos membros da Câmara Municipal, para os efeitos legais. No âmbito da proposta em apreciação, esclareceu que existe uma distinção entre as competências próprias do Presidente da Câmara e as competências da Câmara Municipal que podem ser delegadas, salientando que a delegação visa assegurar o melhor funcionamento e a agilização dos serviços municipais.
Concluiu referindo que poderia continuar a elencar as competências da Câmara Municipal, mas que dispensaria uma leitura exaustiva dessa matéria.
A presidente referiu que, durante os oito anos em que exerceu funções de vereadora, nunca votou contra propostas de delegação de competências no Presidente da

Câmara, mesmo em situações em que o Executivo dispunha de maioria absoluta, por considerar que a delegação não prejudicava o normal funcionamento dos serviços.

Salientou que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê a delegação de competências como um mecanismo destinado a melhorar e agilizar o funcionamento dos serviços municipais, evitando que determinadas decisões tenham de aguardar pela reunião quinzenal da Câmara Municipal, o que poderá traduzir-se em atrasos significativos nos procedimentos. Referiu ainda que esta prática é adotada por outros municípios do litoral alentejano, por razões de eficiência administrativa, e esclareceu que, embora o anterior Presidente da Câmara trouxesse à reunião a maioria dos assuntos, o despacho de delegação prevê que as decisões tomadas no âmbito das competências delegadas sejam dadas a conhecer à Câmara Municipal. Acrescentou que, no atual mandato, os assuntos têm sido apresentados nas reuniões, por prática já instituída e porque os serviços se encontram habituados a preparar essa documentação. Concluiu que a proposta em apreciação pretende alterar uma solução anteriormente adotada pela Câmara Municipal e que a decisão deverá ser analisada com serenidade e sentido de responsabilidade institucional, tendo em conta não apenas o modelo de funcionamento do órgão, mas também a forma como os serviços municipais respondem às necessidades dos munícipes.

A presidente salientou que a delegação de competências constitui uma possibilidade expressamente prevista na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, distinguindo-se entre as competências próprias do Presidente da Câmara e as competências da Câmara Municipal que podem ser delegadas, nos termos dos artigos 34.º e 35.º do referido diploma. Esclareceu que a delegação não constitui uma cedência informal de poderes, mas antes um mecanismo legal destinado a assegurar uma organização mais eficiente da Administração Municipal, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

Referiu que a delegação não retira competências à Câmara Municipal, que mantém o poder de decisão nas matérias que lhe estão legalmente reservadas, nem impede o controlo dos atos praticados ao abrigo das competências delegadas, designadamente através da possibilidade de recurso para a Câmara Municipal. Salientou que estão em causa, sobretudo, competências de gestão necessárias ao funcionamento quotidiano dos serviços.

A presidente destacou que a delegação permite evitar que decisões de natureza operacional tenham de aguardar pela reunião seguinte da Câmara Municipal, reduzindo a carga administrativa e os tempos de decisão. Sublinhou que a colegialidade do órgão não significa que todas as decisões administrativas devam ser tomadas pela Câmara, devendo esta reservar a sua capacidade de intervenção para as grandes opções estratégicas do Município.

Referiu ainda que a existência de uma delegação permite definir um circuito decisório claro, facilitar o trabalho dos serviços e assegurar que os processos não ficam dependentes da periodicidade das reuniões. Considerou que a eventual retirada de competências deverá ser ponderada em função do seu impacto nos tempos de resposta, na burocracia, na utilização dos recursos e na qualidade do serviço prestado aos munícipes.

Concluiu defendendo que a delegação permite identificar responsabilidades e assegurar o respetivo escrutínio, não devendo ser encarada como ausência de controlo. Considerou que qualquer alteração ao modelo em vigor deverá ser fundamentada na demonstração de que melhora efetivamente o funcionamento do Município e a resposta às necessidades dos cidadãos.

A vereadora Ana Morgado leu a seguinte declaração:

"Em novembro passado foram delegadas competências na presidente da Câmara Municipal de Alcácer de Sal, como tem sido prática neste município e na maioria dos municípios. A decisão foi aprovada por unanimidade e é decorrente dos resultados eleitorais e da natural instalação dos órgãos. A CDU sabe por experiência em outros municípios o que é governar sem esta delegação de competências. Sabemos que o próprio PS já tomou, juntamente com outros, esta posição de retirada de competências noutros municípios. Os eleitos da CDU são diferentes. Sabemos que esta medida iria criar bloqueios e mais instabilidade na governação local, dificultaria a resposta pronta às necessidades da população e funcionamento diário dos serviços municipais. A CDU respeita a vontade popular e os resultados das eleições. A nossa oposição incide sobre propostas políticas e a gestão do município. Continuaremos a ser oposição para resolver problemas e servir as populações. A CDU reafirma o seu compromisso com a gestão responsável, transparente e próxima das pessoas."

O vereador Mário Caixas referiu que a presidente não procedeu à leitura da proposta, por considerar que as competências em causa não representavam sequer um terço dos poderes delegados, correspondendo, na realidade, a uma parcela muito inferior. Acrescentou que, mesmo nesse conjunto, estavam apenas incluídos pequenos termos de delegação.

Não havendo mais intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Não aprovada por maioria, com quatro votos contra, da presidente, do vereador António Grilo, da vereadora Ana Morgado e do vereador Rafael Correia.

O vereador Mário Caixas, apresentou oralmente uma declaração de voto, que disponibilizou em impressão de papel aos serviços e que se dá por reproduzida no anexo XXIV à presente ata.

Não havendo mais assuntos a tratar, a presidente deu por encerrada a reunião pelas 11h51m, sendo a respetiva ata aprovada em minuta, a fim das deliberações constantes da mesma adquirirem eficácia, nos termos do art.º 57.º, nºs 3 e 4 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. E eu, Nuno Manuel Carvalho, assistente técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, redigi a presente ata que assino com a presidente da Câmara Municipal.

A presidente da Câmara Municipal

O assistente técnico

Praça Pedro Nunes 7580-125 Alcácer do Sal
Tel: 265247000 - Fax:
secretaria.gap@m-alcacerdosal.pt

ANEXO I

Reunião de CM de Alcácer do Sal de 10 de Setembro de 2026

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Sra Presidente
Srs Vereadores

Quero dar os parabéns à autarquia pelo nosso novo e revolucionário plano de turismo sustentável. Há oito meses que transformámos as principais vias de acesso à zona alta da cidade — a Estrada de Santa Luzia e a Estrada do Bairro da Graça — numa experiência única de realidade imersiva.

Quem nos visita ao fim de semana ou nas férias já não quer apenas ver o património; quer sentir a adrenalina de ficar preso em autênticos labirintos sem saída e participar nas já famosas "bichas de trânsito de Alcácer". É uma excelente forma de obrigar os turistas a contemplar as barreiras caídas do nosso castelo com toda a calma do mundo. Afinal, para quê pressa em reabrir estradas prioritárias quando podemos promover a paciência e a imobilidade automóvel?

A menos, claro, que o objetivo não seja o turismo contemplativo, mas sim uma enorme e inexplicável inércia de oito meses para resolver um bloqueio numa das artérias vitais da nossa cidade.

AINDA, sete meses após as cheias de Janeiro e Fevereiro, o cais do centro náutico continua "ancorado" em plena propriedade privada na Ameira, numa demonstração flagrante da velocidade a que se move o nosso executivo. Claramente, **os munícipes da Ameira aguardam o desvio do rio Sado para que possam usufruir da presença do cais do centro náutico perto das suas moradias**, já que esperar que a autarquia resgate e devolva a estrutura ao seu verdadeiro lugar parece ser uma causa perdida.

++++

No que concerne ao funcionamento interno dos órgãos do Município, designadamente desta Câmara, não posso também deixar de registar o extraordinário método que a Sra. Presidente tem utilizado para responder às minhas interpelações e pedidos de esclarecimento nesta sala. É de facto um fenómeno político digno de estudo: **a Sr.ª Presidente tem tanta aptidão e discernimento, que consegue responder a todas as questões sem dizer absolutamente nada.**

Dizer sucessivamente que "já está respondido" ou "já foi esclarecido", quando as dúvidas persistem e os munícipes continuam sem soluções, é uma autêntica arte de ilusionismo verbal. Por isso, por mais que tente responder com o vazio, continuarei a fazer as perguntas que a nossa terra precisa de ver respondidas — de preferência, com palavras que tenham conteúdo.

A propósito, a Sra Presidente em resposta a questão sobre a presença recorrente na sala em anteriores reuniões, no espaço destinado ao público, de

técnicos superiores do Município, disse na última daquelas, que a mesma visa possibilitar esclarecimentos imediatos que pela natureza técnica poderão ser necessários.

Sobre o mesmo tema o Sr. Vice Presidente disse que com a actual gestão municipal terminou a ditadura, e quando interpelado a explicar-se disse que se tratou de uma metáfora (*figura de estilo em que há alteração do sentido da(s) palavra(s), que adquirem uma significação diferente por efeito de uma comparação subentendida. Normalmente, a comparação faz-se para tornar mais viva, mais expressiva a situação ou coisa que se descreve*), afinal quis dizer que se passou de uma situação de presidencialismo para democracia.

Vista a coisa nestes termos, respigamos da "democracia" em vez de "presidencialismo", na actual gestão municipal:

•A sistemática recusa em dar cumprimento à disponibilização de meios aos vereadores sem funções executivas, cfr art. 42º.7 do RJAL:

•A persistente omissão de remessa aos Vereadores sem funções executivas, da documentação de suporte das convocatórias de reuniões da Câmara Municipal;

•A resistência em deferir a integração na Ordem de Trabalhos de propostas dos vereadores sem funções executivas, na qual se insere a Proposta constante do nº 19 da Ordem de Trabalhos de hoje, só conseguida após **seis** requerimentos com o mesmo teor, e que se refere, à revogação de competências delegadas na Sra Presidente, o primeiro requerimento datado de 28.05.2026.

•A instrumentalização do site do Município na propaganda pessoal da Sra Presidente -- que no seu entendimento, verbaliza que foi eleita para ali ser promovida --- deixando aquele de ser um veículo informativo da actividade municipal, incluindo dos Vereadores sem funções executivas.

Do que antecede constata-se que ao Sr. Vice-Presidente quando, com o brilho que se lhe reconhece, perorou (*terminar ou fechar um discurso ou oração)* sobre ditadura, presidencialismo e democracia, lhe fugiu a boca para a verdade, sobre a actuação da actual gestão municipal exercida por ele e a Sra. Presidente, de que tão ufanamente se orgulham, e assente na falta de transparência a nível interno (para com os vereadores sem funções executivas), e externamente para com entidades públicas e privadas, sem embargo das actas destas reuniões que a documentam, para lá das gravações destas últimas, às quais não temos acesso.

Até ver, vamos suportando a ditadura (sic) da actual gestão municipal.

Alcácer do Sal, 10 de Setembro de 2026

O Vereador: Mário Alberto Martins Caixas

ANEXO II

Apontamentos relativos à Acta n.º 16 da Reunião Ordinária de 27/08/2026

- Na linha 101 da referida acta, está escrito: *" O vereador Rafael Correia, colocou três questões ao executivo.".*
  Conforme referido na linha 108, *"...questionou a presença dos Chefes de Divisão nas reuniões de Câmara...".*
  Sobre esta questão, relembro, que o Sr. Vereador António Grilo dissertou sobre ditadura, presidencialismo e democracia, com reacção dos vereadores da CDU.
  Nada do que foi dito está transcrito em Acta.

- Nas linhas 206 a 208 da referida acta, está escrito: *"O vereador António Grilo, solicitou que ficasse registado em ata o seu entendimento de que parte significativa das afirmações proferidas pelo vereador Mário Caixas não correspondia à verdade."*

  No meu recordar, o Sr. Vereador António Grilo disse, e por diversas vezes, não foi que, *as afirmações proferidas pelo vereador Mário Caixas não correspondia à verdade*, **mas sim que eram MENTIRAS.**

- Nas linhas 238 da referida acta, está escrito: *"O vereador Mário Caixas afirmou registar as referências que lhe haviam sido dirigidas..."*

  No meu lembrar, o que disse foi que, registei a quantidade de vezes que o Sr. Vereador António Grilo disse que as minhas afirmações eram mentiras.

- Na apresentação da proposta 23 – Análise e conhecimento da proposta referente ao procedimento concursal para a "Atribuição de lotes de terreno destinados à construção de habitação para jovens"/Incumprimento ao regulamento, conforme referido nas linhas 670 a 672 da acta agora em análise, o Sr. Vereador António Grilo mencionou que em reunião anterior, tinham sido proferidas declarações injuriosas sobre este tema. Nada do que disse o Sr. Vereador vem agora referido.

  Face ao exposto solicito que sejam consultados os registos áudio a fim de verificar e corrigir as pendências anteriormente descritas.
  Alcácer do Sal, 10 de Setembro de 2026
  O Vereador: Mário Alberto Martins Caixas

ANEXO XI

Proposta 07 – "Ampliação da área de localização Empresarial de Alcácer do Sal"

Declaração de voto

No ponto 7 da ordem trabalhos propõe-se a ratificação de despacho da Sra. Presidente de 02-09-2026, referente ao concurso público da empreitada para **"Ampliação da área de localização Empresarial de Alcácer do Sal"**, tendo por objecto a aprovação da lista de erros e omissões aceites, da aprovação do mapa de quantidade de trabalho rectificado, de aprovação do documento "esclarecimento e pronúncia sobre a lista de erros e omissões", bem como que o prazo de apresentação de candidaturas não seja prorrogado (artigo 64 do CCP).

Elencada a cronologia da abertura do concurso, designadamente do prazo para apresentação de candidaturas, invoca-se a disciplina do artigo 35 do RJAL, para sustentar que o circunstancialismo excepcional requisito, é o facto da decisão proferida, e em ratificação, de 02-09-2026, não poder aguardar a reunião subsequente desta Câmara, no dia de hoje, 10-09-2026.

O instituto de ratificação de despacho proferido em áreas em que o Presidente da Câmara não dispõe de competência, está previsto no supracitado artigo 35 – n.º 3 do RJAL e sob pena do mesmo se converter num abuso de poder hão-de verificar-se os requisitos naquele exigidos.

Posto isto, a proponente, Sra. Presidente, não indicou nenhuma circunstância excepcional, designadamente observância de prazos peremptória, no âmbito do concurso a que se refere a decisão em análise e tanto basta para que a ratificação seja negada.

Ainda, complementarmente se dirá que a disciplina do artigo 64 – n.º 1 do CCP, não impossibilita no caso, a prorrogação de prazo de apresentação de candidaturas com base na deliberação desta Câmara que propugnamos, de aquela ter a dimensão dos oito dias entre a data do referido despacho e o desta reunião.

Tenho dito

Por isso votei contra

Alcácer do Sal, 10 de Setembro de 2026

O Vereador

Mário Alberto Martins Caixas

ANEXO XXIV

DECLARAÇÃO DE VOTO

Proposta 19 - "REVOGAÇÃO DE PODERES DELEGADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL À SRA PRESIDENTE "

I --- Justificação da Proposta, com leituras dos Considerandos.

1. Na reunião da Câmara Municipal de Alcácer do Sal de 03.11.2025 (Acta nº20 da mesma data, fls. 3, ponto 3, linhas 88/92, e anexo 4), foi aprovada a Proposta nº003/GAP/2025 com o assunto, Delegação de Competências da Câmara Municipal na Presidente da Câmara.

A deliberação abrangeu **todas** as competências da Câmara Municipal, que o texto legal (art. 34º.1 do RJAL) tem como passíveis de delegação à Sra. Presidente, e nos considerandos da referida Proposta disse-se, em síntese, que aquelas são de gestão corrente, que importa não sobrecarregar a Câmara Municipal --- cujos todos os membros se toma como exercendo funções executivas --- com as mesmas em detrimento de outras competências mais relevantes, que a utilização dos poderes delegados gerador de custo ou proveito financeiro será informada ao delegante na reunião subsequente, que se mantém o poder deste de revogação dos actos praticados no uso da delegação, e que esta pode ser feita cessar a todo o tempo.

2. Abstraindo-se na Proposta fundamento da demonstração da pertinência da mesma, em relação a um que fosse dos poderes objecto, seguindo-se assumidamente o antecedente histórico de vários mandatos, sem nenhuma referência à relação de confiança institucional e ou política, entre a Sra. Presidente e esta Câmara Municipal.

II --- No Considerando 9, da proposta em crítica, realça-se que, no contexto descrito de falta de transparência da actual gestão municipal, dirigida pela Sra. Presidente, não existe a confiança institucional e ou política desta Câmara que justifique a subsistência da delegação de competências cuja revogação está em análise, que deve cessar.

Vejamos três casos exemplificativos, que revelam que a actuação da Sra. Presidente neste domínio, é a da convicção de que exerce um poder absoluto, com desprezo por esta Câmara (sugerimos que de futuro a Sra. Presidente se intitule Presidente do Município), de modo a que <u>não existe a confiança exigível para uma situação de delegação de competência ampla, genérica</u>.

1º Caso: O desrespeito do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, em que a própria ilegalidade da delegação, serviu pelo menos para que a Sra. Presidente se evidenciasse neste ponto, de desrespeito absoluto pelos Srs. Vereadores sem funções executivas, em que persiste <u>acintosamente</u> desde início de Novembro do ano passado até hoje.

Mantém-se a inviabilização do direito à fiscalização da sua actividade --- vulgarizou-se designadamente a não remessa aos Srs. Vereadores da documentação indispensável para compreensão e análise critica e objectiva da informação constante das convocatórias das reuniões da Câmara ---, que é absolutamente indispensável para o controle de quem quer ser destinatário de uma delegação de competências.

2º Caso: Contentores da Barrosinha

Desde o que é possível reconduzir a cerca de 10.02.2026, a Sra. Presidente apossou-se de uma ideia (sugerida pelo Estado, pelo que se soube) de instalação de contentores no campo de futebol da Barrosinha, como instrumento de solução para a salvaguarda do direito de habitação dos moradores na zona baixa da Barrosinha cujas casas foram inundadas, quando já estava garantido que os mesmos continuariam alojados no Hotel da Barrosinha, os que não pudessem recorrer a familiares.

Desde início pelo que se percepcionou a despesa seria da ordem de 900 mil euros, mas nem por isso a Sra. Presidente se dispôs convocar de imediato a Câmara Municipal para avaliar a situação, antes preferindo exibir-se em relacionamentos com as autoridades estaduais, desprezando tratamento equitativo e não discriminatório entre todos os munícipes afectados.

Por mim, rejeito confiar em quem assim procedeu.

3º Caso: Financiamento da organização da PIMEL

De novo a Sra. Presidente tratou de um processo cuja despesa global exigia a aprovação da Câmara Municipal, à margem desta, profere despachos em 17 e 18-06-26, fora das suas competências, solicitando a respectiva ratificação na reunião deste órgão de 25-06-26, quando se anunciava o malogro da sua intervenção e o desprestígio do Município.

Quis ser a "dona disto tudo", como nos casos anteriores, com as consequências para a correcta organização da intervenção municipal.

III---CONCLUSÃO

Retomando os Considerandos tenho por justificada a Proposta que ora apresento.

Alcácer do Sal, 10 de Setembro de 2026

O Vereador

Mário Alberto Martins Caixas